

PORTARIA Nº 1.642, DE 3 DE AGOSTO DE 2012

Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e da Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa para serviço audiovisual de acesso condicionado.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, no art. 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no art. 3º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e no art. 11 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011,

Considerando que é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura e licença, de acordo com o art. 5º, inciso IX, e com o art. 220, **caput** e § 2º, da Constituição Federal;

Considerando que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões e espetáculos públicos e de programas de rádio e televisão, de acordo com o art. 21, inciso XVI, e com o art. 220, § 3º, da Constituição Federal;

Considerando que o processo de classificação indicativa, disciplinado nos termos desta Portaria, integra o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, composto por órgãos públicos e pela sociedade civil, devendo ser exercido de modo objetivo e democrático, de forma a possibilitar que todos os destinatários da informação possam participar do processo, ensejando que a contradição de interesses e argumentos promova a correção e a adequação dos procedimentos;

Considerando que toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requerer por parte de sua família, da sociedade e do Estado, conforme disposto no artigo 24 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, e promulgado pelo Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, e no artigo 19 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, aos 22 de novembro de 1969, e promulgada pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992;

Considerando a responsabilidade dos pais no exercício do poder familiar, de acordo com os artigos 1.630 e 1.634, inciso I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

Considerando a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia à criança e ao adolescente dos direitos à educação, ao lazer, à cultura, ao respeito e à dignidade, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal; e

Considerando o resultado da consulta pública realizada pelo Ministério da Justiça entre outubro de 2010 e abril de 2011, referente à Política Pública de Classificação Indicativa;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DOS FUNDAMENTOS**

**Seção I
Do Objeto e do Âmbito de Aplicação**

Art. 1º Esta Portaria regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa para serviço de acesso condicionado.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, entende-se por:

I - autoclassificação: atribuição da classificação indicativa pelo interessado pela obra, a ser confirmada ou não pelo Ministério da Justiça;

II - critérios temáticos: tipos de conteúdo considerados potencialmente prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, especialmente violência, sexo e drogas;

III - monitoramento: atividade por meio da qual o Ministério da Justiça verifica o cumprimento regular das normas de classificação indicativa;

IV - obra audiovisual: obra resultante da fixação de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-las, bem como dos meios utilizados para sua veiculação;

V - programa: atração televisiva ou radiofônica, de exibição única ou seriada;

VI - serviço de audiovisual de acesso condicionado: serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer;

VII - programadora: quem organiza a programação do canal;

VIII - empacotadora: quem agrupa os canais em pacotes; e

IX - distribuidora: quem entrega os pacotes de programação para o consumidor.

Art. 3º Não se sujeitam à classificação indicativa pelo Ministério da Justiça:

I - competições esportivas;

II - programas e propagandas eleitorais;

III - propagandas e publicidades em geral; e

IV - programas jornalísticos.

Parágrafo único. O Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação - DEJUS, órgão inserido na Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, poderá elaborar e encaminhar parecer aos órgãos competentes em relação às obras e exposições não sujeitas à classificação indicativa, a fim de que sejam averiguados eventuais irregularidades ou abusos relacionados à violência, sexo ou drogas.

Seção II Da Natureza

Art. 4º O processo de classificação indicativa, disciplinado nesta Portaria, integra o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, cujo objetivo é promover, defender e garantir o acesso a serviços adequados à condição peculiar de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Art. 5º A classificação indicativa tem natureza pedagógica e informativa capaz de garantir à pessoa e à família conhecimento prévio para escolher serviços adequados à formação de seus filhos, tutelados ou curatelados.

Parágrafo único. O poder familiar se exerce pela escolha de conteúdos, com possibilidade de bloqueio de acesso a programas ou canais de televisão, quando aplicável.

Art. 6º A prerrogativa dos pais e responsáveis em autorizar o acesso a obras classificadas para qualquer idade não os desobriga de zelar pela integridade física, mental e moral de seus filhos, tutelados ou curatelados.

CAPÍTULO II DAS CATEGORIAS E DAS FORMAS DE VEICULAÇÃO

Seção I Das Categorias de Classificação Indicativa

Art. 7º As obras de que trata esta Portaria são classificadas nas seguintes categorias:

I - “Livre”;

II - “Não recomendado para menores de 10 anos”;

III - “Não recomendado para menores de 12 anos”;

IV - “Não recomendado para menores de 14 anos”;

V - “Não recomendado para menores de 16 anos”; e

VI - “Não recomendado para menores de 18 anos”.

Seção II

Da Forma de Veiculação da Classificação Indicativa

Art. 8º A informação da classificação indicativa deve ser exibida de forma clara, nítida e acessível nos meios que divulguem ou contenham produtos classificáveis, nos termos especificados no Guia Prático de Classificação Indicativa.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Seção I

Da Metodologia e do Processo

Art. 9º A classificação indicativa tem como critérios temáticos o grau de incidência na obra audiovisual de conteúdos de:

I - sexo;

II - violência; ou

III - drogas.

Parágrafo único. O grau de incidência dos critérios temáticos determina as faixas etárias a que não se recomendam as obras audiovisuais, nos termos do Guia Prático de Classificação Indicativa.

Art. 10. O procedimento de atribuição da classificação indicativa é composto por:

I - análise da obra:

a) descrição dos conteúdos, com base nos critérios temáticos do art. 9º;

b) avaliação contextual de acordo com o Guia Prático de Classificação Indicativa; e

II - atribuição da classificação indicativa, como resultado da ponderação das fases descritiva e contextual.

§ 1º Sempre que a análise da obra, objeto da classificação, exigir insumos não disponíveis no DEJUS, o interessado deverá fornecê-los, quando requerido.

§ 2º Verificadas falhas que inviabilizem ou dificultem a análise do material capturado pelo DEJUS ou disponibilizado pelo interessado, este, mediante requerimento, deverá assegurar sua apresentação.

Seção II

Da Classificação Matricial

Art. 11. As obras audiovisuais com exibição prevista em serviço de acesso condicionado e já classificadas pelo Ministério da Justiça para outros veículos devem manter a classificação indicativa atribuída.

Seção III

Do Serviço de Acesso Condicionado

Art. 12. A programação do serviço de acesso condicionado deve apresentar os símbolos e demais informações da classificação indicativa conforme o Guia Prático de Classificação Indicativa, sendo dispensada de vinculação horária estabelecida na Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, desde que:

I - disponibilize sistema de bloqueio de canais ou de programas;

II - divulgue objetiva e amplamente a forma de utilização dos sistemas de controle e de bloqueio; e

III - possibilite ao usuário acessar a qualquer tempo, durante a exibição de um programa, a informação completa de sua classificação indicativa.

Art. 13. As obras audiovisuais veiculadas pelo serviço de acesso condicionado estão dispensadas da inscrição de processo de autoclassificação no DEJUS.

Parágrafo único. Mediante denúncia fundamentada ou monitoramento, será instaurado processo administrativo e o DEJUS poderá reclassificar, de ofício, a obra audiovisual autoclassificada.

Art. 14. As programadoras, as empacotadoras e as distribuidoras do serviço de acesso condicionado são corresponsáveis pelo cumprimento das normas de classificação indicativa.

Art. 15. O DEJUS informará à Agência Nacional do Cinema, à Agência Nacional de Telecomunicações e ao Ministério Público sempre que:

I - reclassificar obras audiovisuais exibidas pelo serviço de acesso condicionado; e

II - verificar, mediante monitoramento e processo administrativo, a inobservância das disposições relativas à exibição das informações de classificação indicativa.

Seção IV **Da Reconsideração, do Recurso e da Revisão**

Art. 16. No prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação no Diário Oficial da União, cabe pedido de reconsideração da decisão do Diretor do DEJUS, que atribuiu a classificação indicativa.

§ 1º O pedido de reconsideração deve ser fundamentado e instruído com a respectiva obra, quando for o caso.

§ 2º O Diretor do DEJUS decidirá em 5 (cinco) dias o pedido de que trata este artigo.

Art. 17. Do indeferimento total ou parcial do pedido de reconsideração cabe recurso ao Secretário Nacional de Justiça, o qual será apreciado no prazo de 30 (trinta) dias, sem efeito suspensivo.

§ 1º O Secretário Nacional de Justiça, a pedido do interessado e nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, pode conceder efeito suspensivo ao recurso.

§ 2º Da decisão do Secretário Nacional de Justiça não caberá recurso.

Art. 18. De ofício ou mediante solicitação fundamentada de qualquer pessoa, será desarquivado processo para revisão de classificação indicativa da obra, de acordo com as determinações do Capítulo III desta Portaria.

CAPÍTULO IV **DA FISCALIZAÇÃO E DA GARANTIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Art. 19. Qualquer pessoa está legitimada a verificar o cumprimento das normas de classificação indicativa e pode encaminhar representação fundamentada acerca do seu descumprimento ao Ministério da Justiça, aos Conselhos Tutelares, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 20. Verificada, por denúncia ou monitoramento, irregularidade no cumprimento das normas da classificação indicativa, o DEJUS deverá instaurar ou desarquivar procedimento administrativo para apurá-la, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A Agência Nacional do Cinema, a Agência Nacional de Telecomunicações e o Ministério Público devem ser informados acerca da conclusão dos processos de que trata este artigo.

Art. 21. A programação do serviço de acesso condicionado está sujeita a monitoramento amostral, a ser realizado pelo DEJUS.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. O DEJUS dará publicidade, no sítio eletrônico do Ministério da Justiça, às informações de interesse público relativas ao processo de classificação.

Art. 23. Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO